



Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal

ACTA NÚMERO 6/XII/1.ª SL

Aos vinte dias do mês de Setembro de 2011, reuniu, pelas dezoito horas, a Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal, na sala seis do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Aprovação das Actas nº 4 e nº 5
2. Preparação dos trabalhos e marcação das audiências previstas no Plano de Actividades.
3. Outros assuntos.

O Senhor Presidente deu início aos trabalhos colocando à consideração da Comissão Eventual para o Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal (CEAMPAPF), os projectos das Actas nº 4 e nº 5, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade.

Seguidamente, o Senhor Presidente, no âmbito do segundo ponto da OT, informou ter havido uma reunião da Mesa e Coordenadores da CEAMPAPF, na sequência da audição do Secretário de Estado Adjunto do Primeiro Ministro, tendo-se concluído nessa reunião ser desejável que fosse concretizada a facilitação da circulação da informação e por tal motivo havia dirigido ofício a solicitar ao Governo o envio à CEAMPAPF de toda a informação relevante para o desempenho das competências da Comissão bem como a informação, constante do Anexo 1 da primeira actualização, datada de 1 de Setembro do ano corrente, do Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica.

Continuando, acrescentou ter sido consensual que na sequência da divulgação pública seria vantajoso agendar uma nova audição com o Governo para a apresentação dos temas e conclusões que conduziram à formalização da primeira actualização do Memorando.

Adiantou ainda, ter feito os necessários contactos para a vinda do Ministro das Finanças à CEAMPAPF mas a agenda daquele membro no Governo, bem como da Secretária de Estado



Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal

não viabilizava a realização da reunião durante a próxima semana, mas que caso a Comissão assim o entendesse procederia à marcação de uma nova data para a realização da audição.

Informou, por último, ter sido sugerido durante a reunião da Mesa e Coordenadores, que o debate poderia abordar de entre outros temas a redução da TSU (taxa social única) e terem ainda sido trocadas impressões sobre a oportunidade de se ouvirem ou não os Parceiros Sociais, passando de seguida a palavra aos Senhores Deputados.

Intervieram na discussão os Senhores Deputados Pedro Pinto (PSD), Fernando Medina (PS), Pedro Marques (PS), Adolfo Mesquita Nunes (CDS-PP), Miguel Tiago (PCP) e João Semedo (BE).

A discussão versou sobre: o momento em que a CEAMPAPF deveria ter conhecimento das actualizações ao Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica; as matérias que devem ser objecto das audições dos membros do Governo; e

O Senhor Deputado Fernando Medina (PS) interveio dizendo ser inaceitável o afastamento do PS na preparação da actualização do Memorando, tratando-se de um acordo de grande exigência onde são inscritas linhas fundamentais de opção política, manifestou o seu desagrado pela falta de informação, salientando a importância da CEAMPAPF e lamentando que a mesma não esteja a ser valorizada. Por último enumerou as três principais questões, que na sua opinião merecem ser resolvidas com celeridade por parte da CEAMPAPF, a saber: A maior brevidade possível da vinda do Ministro das Finanças à Comissão; A prestação por parte do Governo de toda a informação, incluindo a referente a Junho e a articulação com o Governo para que haja mais clareza através da definição de um processo institucional para a obtenção dessa mesma informação; e a solicitou a audição urgente dos Parceiros Sociais a propósito da opção relativa à TSU que o Governo terá que apresentar.

O Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP) interveio dizendo que o PCP está a aguardar as propostas de datas concretas para a realização da audição, que a seu ver deveria ser realizada com a maior brevidade possível. Informou ainda a CEAMPAPF que o GP PCP havia solicitado ao Governo o relatório de análise das PPP's e que até àquele momento o Governo ainda não tinha dado qualquer resposta. Por último, indicou que para além do modo como foi dada a conhecer a actualização do Memorando, através do site do Ministério das Finanças, o mesmo ainda se



Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal

mantinha em inglês. Mais adiantou que não seria pelo PCP que não seriam ouvidas quaisquer entidades que fossem propostas e que este GP não iria obstaculizar qualquer audição.

O Senhor Deputado Adolfo Mesquita Nunes (CDS-PP) tomou a palavra referindo que segundo a sua opinião se estavam a tratar de duas questões separadas, uma relativamente a ser dado conhecimento à Assembleia da República das actualizações do memorando através da agilização conseguida por meio de um canal próprio, dizendo que seria saudável que os partidos do arco governativo deveriam ter conhecimento das actualizações antes mesmo de o documento ser firmado, mas que tal não se poderia confundir com o conhecimento por parte do Parlamento.

O Senhor Deputado João Semedo (BE) interveio concordando com a premência da vinda do Ministro das Finanças à CEAMPAPF, sendo que a audição se justificaria, plenamente, com o caso do BPN, o qual não se encontra ainda devidamente esclarecida quanto aos financiamentos efectuados por parte do Estado e, ainda, com os sucessivos desvios apresentados pela Região Autónoma da Madeira. Por último, referiu que quanto às matérias a discutir, deverão as mesmas ser vistas caso a caso, e que segundo a sua opinião não há qualquer problema em se realizarem as audições em conjunto com a COFAP.

O Senhor Deputado Pedro Pinto (PSD) usou da palavra referindo estar prevista no Plano de Actividades a audição de um membro do Governo, não sendo uma sugestão unicamente do GP PS, do GP do PCP ou do GP do BE, mas da CEAMPAPF e que segundo a sua opinião não seria a matéria da audição que estaria em discussão, parecendo-lhe, no entanto, redutor ouvir-se o Governo só sobre a actualização do Memorando. Adiantou ainda que deve competir ao Governo fazer-se representar na Comissão em função da matéria que se pretende ver esclarecida. Deu também o seu acordo e considerou vantajoso a CEAMPAPF ter disponível o máximo de informação possível para prosseguir os seus trabalhos, manifestando partilhar deste princípio. Disse, ainda, não afastar a hipótese de se ouvir o BdP, o FMI e alguns Parceiros Sociais, a propósito da TSU, concluindo ser mais importante, sobre esta matéria, ouvir uma instância internacional do que um membro do Governo. Por último, referiu que a seu ver o Governo deveria ser ouvido logo que se detivesse a análise trimestral e antes da chegada dos representantes do BCE, do CE e do FMI.



Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal

Interveio o Senhor Deputado Pedro Marques (PS), indicando não existir qualquer problema por parte do GP do PS, em se ouvir o BdP ou os representantes do BCE, do CE e do FMI, bem como os Parceiros Sociais, pelo que o Senhor Presidente deveria sair da reunião mandatado para efectuar as marcações destas audições. Acrescentou, ser a TSU uma das medidas mais importantes do MdE, por ser transversal e ter impacto orçamental, fiscal e também laboral, pelo que faria todo o sentido que a CEAMPAPF procedesse a uma audição sobre esta matéria.

O Senhor Presidente usou da palavra referindo ser consensual na CEAMPAPF, estabelecer um mecanismo sobre o modo como deve ser dado conhecimento ao Parlamento, em cada uma das actualizações do Memorando que venham a acontecer, sugerindo, ouvir-se o SEAPM, sobre esta matéria.

Em resposta ao esclarecimento do Senhor Deputado Pedro Pinto (PSD) o Senhor Presidente afirmou dever ser o Governo a escolher o interlocutor e representante deste para audições a realizar pelas Comissões Parlamentares, mas que neste caso e considerando o momento e a matéria em causa, o Ministro das Finanças é o membro do Governo que tem maiores responsabilidades.

Continuando, o Senhor Presidente concluiu não existir consenso na CEAMPAPF para a audição sobre a TSU, pelo que continuaria a efectuar as diligências conducentes a uma audição com um membro do Governo, sugerindo que, cada um dos GP's, formalizassem os requerimentos para a realização de audições, os quais serão posteriormente votados na Comissão.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas dezanove horas e trinta minutos, dela se lavrando a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada.

Palácio de São Bento, 3 de Outubro de 2011

O Presidente da Comissão

(José Vieira da Silva)



Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência
Financeira a Portugal

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adolfo Mesquita Nunes
Carlos Abreu Amorim
Clara Marques Mendes
Fernando Medina
Fernando Virgílio Macedo
João Semedo
Luís Leite Ramos
Maria José Castelo Branco
Miguel Frasquilho
Miguel Tiago
Nuno Reis
Paulo Batista Santos
Pedro Jesus Marques
Pedro Nuno Santos
Pedro Pinto
Teresa Anjinho
Vieira da Silva
Vitalino Canas
João Galamba



Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência
Financeira a Portugal

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Basílio Horta

Miguel Freitas

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Duarte Pacheco